



Legislativo em Pauta

INFORMATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA - 17ª LEGISLATURA - ANO 8 - Nº. 629
3ª FEIRA – 08/05/2018

Confira os destaques da sessão ordinária desta terça-feira (8):

16 horas – O gerente de Transportes da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), Wilson de Jesus, participa da sessão desta tarde para prestar esclarecimentos sobre o relatório apresentando ao Legislativo com as medidas tomadas para resolver os problemas relacionados ao transporte coletivo urbano.

O serviço, motivo de constantes reclamações por parte dos usuários, foi tema de questionamentos dos vereadores em recente visita de Wilson de Jesus à Câmara, a convite do vereador Jamil Janene (PP) e da Mesa Executiva.

É importante lembrar ainda que na semana passada a Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente, composta pelos vereadores Pastor Gerson Araújo (PSDB), Tio Douglas (PTB) e Valdir dos Metalúrgicos (SD) e o presidente da Comissão de Justiça, Jose Roque Neto (PR) encerraram a série de visita aos terminais de transporte público urbano com o objetivo de avaliar a qualidade dos serviços oferecidos à população. O relatório das visitas e a análise das informações já solicitadas ao Executivo serão reunidas em documento que será encaminhado à Administração Municipal e à Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU).

SEGUNDA DISCUSSÃO

Cria espaços reservados para veículos de ambulantes (PL nº 78/2016) – Iniciativa do vereador Roberto Fú (PDT), o projeto tramita desde agosto de 2016, em regime especial, e propõe alteração no Código de Posturas do Município (Lei nº 11.468/2011) para acrescentar ao parágrafo 7º do artigo 77 a responsabilidade por parte da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) de delimitar e demarcar os espaços utilizados por veículos ou trailers de ambulantes. O autor justifica que estes comerciantes enfrentam dificuldades com a ocupação, por outros veículos, das vagas utilizadas por eles para trabalharem. A Comissão de Justiça, Legislação e Redação emitiu parecer prévio solicitando manifestação da CMTU sobre a proposta, que posicionou-se favoravelmente à tramitação. A Comissão de Justiça, Legislação e Redação não acolheu o parecer jurídico e votou favoravelmente à tramitação do projeto, apresentando o substitutivo nº 1, que acrescenta o parágrafo 7º A ao artigo 77, instituindo multa de R\$ 130,00 para veículos estacionados nos locais reservados para veículos de ambulantes. Acolhendo parecer técnico, a Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente emitiu voto favorável ao projeto, na forma do substitutivo nº 1. Vencido o prazo regimental, não houve apresentação de emendas. Quorum: 13 votos.

PRIMEIRA DISCUSSÃO

Cria a Comissão dos Direitos e Bem Estar Animal (PR nº 8/2017) – Iniciativa da vereadora Daniele Ziober (PP) e outros 11 vereadores, o projeto de resolução nº 8/2017 altera o Regimento Interno da Câmara Municipal de Londrina (Resolução nº 106/2014) para criar a Comissão dos Direitos e Bem Estar Animal. De acordo com a proposta caberá à nova comissão permanente – que se somará às doze comissões do Legislativo – o acompanhamento e fiscalização da lei federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais); propor medidas preventivas que melhorem a qualidade de vida e o bem estar animal; receber representações relacionadas a denúncias de violação dos direitos dos animais e emitir pareceres em projetos de lei relacionados aos animais, entre outras funções. Acolhendo parecer da assessoria jurídica, a Comissão de Justiça, Legislação e Redação votou favoravelmente à matéria, apresentando a emenda nº 1, que suprime um dos incisos propostos no artigo que altera o Regimento Interno da Câmara. A Comissão de Seguridade Social e a Mesa Executiva não acolheram o parecer técnico e manifestaram-se favoravelmente ao projeto com a emenda. Quorum: 10 votos favoráveis.

Autoriza a inclusão do Funrebom no Orçamento de 2018 (PL nº 50/2018) – Iniciativa do Executivo, o projeto autoriza a inclusão do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros (Funrebom) na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2018, como unidade orçamentária vinculada à Secretaria Municipal de Defesa Social, no valor R\$ 1.880.000,00. Para abertura do crédito adicional especial será utilizado superávit financeiro da Taxa de Combate a Incêndios apurado no exercício de 2017. Na justificativa do projeto, o autor esclarece que até o ano passado a taxa do Funrebom era lançada junto ao carnê do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), porém a cobrança foi considerada ilegal pelo Supremo Tribunal Federal e, em função da suspensão, nos próximos meses o Corpo de Bombeiros não possuirá recursos suficientes para as despesas com sua manutenção. O projeto tramita em regime de urgência e recebeu pareceres favoráveis das comissões de Justiça, Legislação e Redação e de Finanças e Orçamento. Quorum: 10 votos.

REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 (PL nº 58/2018) - Os vereadores e vereadora analisam nesta tarde parecer prévio da Comissão de Finanças e Orçamento e parecer prévio conjunto da Comissão de Justiça, Legislação e Redação e demais comissões permanentes ao projeto de lei nº 58/2018, de autoria do Executivo, que trata das diretrizes do Município para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício de 2019, conforme prevê a Constituição Federal. De acordo com os dados apresentados, o orçamento total do município projetado para 2019 é de R\$ 2.053.458.000,00. O valor é 2,38% menor que o orçamento projetado pela Lei Orçamentária Anual de 2018, que é de R\$ 2.103.625.000,00.

A Comissão de Finanças e Orçamento e a Comissão de Justiça, Legislação e Redação, em conjunto com as demais comissões permanentes do Legislativo, acolheram pareceres da Controladoria da Câmara e da assessoria jurídica e solicitam a realização de audiência pública para discussão da proposta,

conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF, Lei nº 10.257/2001).
Quorum: maioria simples.

SEGUNDA DISCUSSÃO

Regulamenta a apreensão de veículos e sucatas abandonados nas ruas (PL nº 243/2017) - Os vereadores e vereadora analisam nesta tarde o parecer prévio da Comissão de Justiça, Legislação e Redação ao projeto de lei nº 243/2017, de autoria do vereador Felipe Prochet (PSD), que regulamenta a apreensão, remoção e venda dos veículos e sucatas abandonados nas vias públicas do município, por meio de alteração na redação do artigo 38 da lei nº 11.468/2011 (Código de Posturas do Município). De acordo com o projeto, serão considerados abandonados os veículos que estiverem estacionados em vias ou logradouros públicos por prazo superior a 30 dias e as sucatas que estiverem estacionadas nestes locais por prazo superior a 10 dias, a partir de denúncia feita à Companhia Municipal de Trânsito (CMTU) ou constatação de abandono por parte de agente fiscalizador de trânsito.

Após 60 dias, se o proprietário não providenciar sua retirada, o bem será levado a leilão pela CMTU, que ficará com os valores arrecadados para renovação de sua frota de trânsito. A CMTU manifestou-se contrariamente a proposta, em razão do vício de iniciativa.

Acolhendo análise técnica, a Comissão de Justiça, Legislação e Redação manifestou-se favoravelmente ao projeto e apresentou substitutivo nº 1 à matéria. Da mesma forma, as comissões de Política Urbana e Meio Ambiente e de Administração, Serviços Públicos e de Fiscalização votaram favoravelmente ao projeto com as emendas nº 1 e 2 que receberam parecer favorável da Comissão de Justiça. Vencido o prazo regimental, não houve apresentação de emendas. Quorum: 13 votos.

Declara de Utilidade Pública a Organização Novo Viver (PL nº 21/2018) – Iniciativa do vereador José Roque Neto (PR) o projeto declara de utilidade pública a Organização Novo Viver (ONV), uma associação civil de interesse público, sem fins lucrativos, que tem o intuito de viabilizar a implantação de uma creche e realizar oficinas de capacitação profissional à população. A entidade também desenvolve em parceria com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e outros colaboradores, o Projeto SOS Natureza. O projeto recebeu pareceres favoráveis das comissões de Justiça; Educação, Cultura e Desporto e de Direitos Humanos e Defesa da Cidadania. Vencido o prazo regimental, não houve apresentação de emendas. Quorum: maioria simples.

Declara de Utilidade Pública a Associação Rota do Café (PL nº 23/2018) – De autoria do vereador Felipe Prochet (PSD) o projeto declara de utilidade pública a Associação Rota do Café, instituição de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade resgatar e preservar a história do café no Norte do Paraná, fortalecendo o turismo nesta região do Estado; promover a integração e o desenvolvimento de empreendimentos associados, valorizar as iniciativas que visem as boas práticas de sustentabilidade econômica, ambiental e sociocultural. O projeto recebeu pareceres favoráveis das comissões de Justiça; Educação, Cultura e Desporto e de Direitos Humanos e

Defesa da Cidadania. Vencido o prazo regimental, não houve apresentação de emendas. Quorum: maioria simples.

PRIMEIRA DISCUSSÃO

Altera a lei do Programa Saúde da Família (PL nº 24/2018) – Iniciativa do Executivo, o projeto altera lei nº 6.315/1995, que instituiu o Programa Saúde da Família, para criar a Estratégia Saúde da Família (ESF), de caráter permanente. A alteração também garante o pagamento de incentivo e abono de extensão de carga horária aos servidores que precisarem afastar-se do trabalho por licença. Aqueles que permanecerem afastados ou de licença por período superior a 60 dias consecutivos serão descredenciados do programa. As mudanças são necessárias, segundo o autor, para diminuir insatisfações entre as equipes e para garantir o princípio da isonomia, previsto na Constituição federal. O autor também informa que as alterações previstas no projeto não resultarão em impacto orçamentário-financeiro. Acolhendo o parecer da assessoria jurídica, a Comissão de Justiça, Legislação e Redação apresentou o substitutivo nº 1, para correções de ordem técnica-redacional. As comissões de Finanças e Orçamento; de Administração, Serviços Públicos e Fiscalização e de Seguridade Social manifestaram-se favoravelmente ao projeto, na forma do substitutivo nº 1. Quorum: 10 votos.

Autoriza o Executivo a reconhecer como de utilidade pública Associações de Pais e Funcionários (PL nº 25/2018) – Iniciativa do Executivo, o projeto autoriza a Secretaria Municipal de Educação a reconhecer como de utilidade pública as Associações de Pais e Funcionários (APFs) dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) pertencentes à rede municipal de ensino. De acordo com o projeto, com a certificação de utilidade pública as APFs poderão reivindicar nos órgãos competentes a isenção de contribuições destinadas à seguridade social, pagamento de taxas cobradas por cartórios e imunidade fiscal, além de poderem pleitear recursos do Município. Acolhendo parecer jurídico, a Comissão de Justiça, Legislação e Redação emitiu voto favorável ao projeto, apresentando a emenda nº 1, que altera a redação do artigo 2º do projeto, pois as leis ali citadas foram revogadas pela lei nº 7.176/1997. A Comissão de Educação, Cultura e Desporto manifestou-se favoravelmente à matéria, com a emenda modificativa nº 1. Quorum: maioria simples.

PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

Os Pedidos de Informação (PIs) estão previstos no Regimento Interno e o prazo inicial para as respostas do Executivo à Câmara de Vereadores é fixado em 15 dias úteis, prorrogáveis por igual período desde que devidamente justificado. Quorum para aprovação dos Pedidos de Informação: maioria simples.

Horas extraordinárias (PI nº 87/2018) – O vereador Ailton Nantes (PP) solicita informações, especificando a habitualidade, a quantidade e a legalidade, de valores repassados a título de horas extraordinárias solicitados por meio do Pedido de Informação nº 76/2018. O pedido atendeu a requerimento protocolado pelo advogado André dos Reis Trindade, que solicitou o detalhamento de vantagens temporárias recebidas por servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Fazenda.

Manutenção dos veículos da Prefeitura (PI nº 88/2018) – O vereador Tio Douglas (PTB) questiona se existe contrato em vigência para a manutenção mecânica e limpeza dos veículos da Prefeitura do Município.

Retirada de galhos e poda de árvores (PI nº 89/2018) – O vereador Tio Douglas (PTB) solicita informações sobre o cronograma de retirada dos galhos e árvores que caíram nas vias da cidade nas últimas chuvas e se existe projeto de terceirização dos serviços de poda e erradicação de árvores no Município.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO para responder PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

Os vereadores e vereadora discutem na sessão desta tarde a solicitação do Executivo de prorrogação de prazo para resposta ao seguinte PI:

Auditorias na Sercomtel (PI nº 67/2018) – A Comissão de Administração, Serviços Públicos e Fiscalização, composta pelos vereadores Filipe Barros (PSL), Amauri Cardoso (PSDB) e Valdir dos Metalúrgicos (SD), deseja saber quantas auditorias (internas e externas) foram realizadas na Sercomtel nos últimos 10 anos, quais foram as medidas recomendadas e quais delas foram devidamente adotadas.

AGENDA

Quarta-feira, 09/05

9 horas – Reunião pública da Mesa Executiva da Câmara de Vereadores com os movimentos populares que protocolaram projeto de lei de iniciativa popular para revogação do recente aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). A reunião será realizada na sala de sessões com transmissão *online* por meio do site www.cml.pr.gov.br.

14 às 16 horas – As comissões de Educação, Cultura e Desporto e de Administração, Serviços Públicos e Fiscalização promovem reunião pública com o tema “Capina e roçagem nos prédios públicos”. Foram convidados para o debate representantes das secretarias da Educação, Saúde, Ambiente, Gestão Pública e também da Fundação de Esportes e da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU). A reunião será realizada na sala de sessões com transmissão *online* por meio do site www.cml.pr.gov.br.

Sexta-feira, 11/05

20 horas – Sessão solene de entrega do Título de Cidadão Honorário de Londrina ao ex-jogador do Londrina Esporte Clube Carlos Alberto Garcia. A honraria é uma iniciativa do vereador Felipe Prochet (PSD), concedida por meio da lei nº 12.678/2018, sancionada pelo prefeito Marcelo Belinati (PP). A cerimônia será realizada na sala de sessões do Legislativo, com transmissão *online* pelo site www.cml.pr.gov.br.

FALE COM OS VEREADORES E VEREADORA

Ailton Nantes (PP)	3374-1380	ailtonnantes@cml.pr.gov.br
Amauri Cardoso (PSDB)	3374-1378	amauricardoso@cml.pr.gov.br

Daniele Ziober (PP)	3374-1372	danieleziober@cml.pr.gov.br
Eduardo Tominaga (DEM)	3374-1381	eduardotominaga@cml.pr.gov.br
Estevão da Zona Sul (sem partido)	3374-1371	esteवादazonasul@cml.pr.gov.br
Felipe Prochet (PSD)	3374-1384	felipeprochet@cml.pr.gov.br
Filipe Barros (PSL)	3374-1374	filipebarros@cml.pr.gov.br
Guilherme Belinati (PP)	3374-1390	guilhermebelinati@cml.pr.gov.br
Jairo Tamura (PR)	3374-1370	jairotamura@cml.pr.gov.br
Jamil Janene (PP)	3374-1375	jamiljanene@cml.pr.gov.br
João Martins (PSL)	3374-1373	joaomartins@cml.pr.gov.br
José Roque Neto (PR)	3374-1385	joserqueneto@cml.pr.gov.br
Junior Santos Rosa (PSD)	3374-1383	juniorsantosrosa@cml.pr.gov.br
P. Gerson Araújo (PSDB)	3374-1388	pastorgersonaraujo@cml.pr.gov.br
Péricles Deliberador (PSC)	3374-1389	periclesdeliberador@cml.pr.gov.br
Roberto Fú (PDT)	3374-1376	robertofu@cml.pr.gov.br
Tio Douglas (PTB)	3374-1380	tiodouglas@cml.pr.gov.br
Valdir dos Metalúrgicos (Solidariedade)	33-741382	valdirdosmetalurgicos@cml.pr.gov.br
Vilson Bittencourt (PSB)	3374-1379	vilsonbittencourt@cml.pr.gov.br

EXPEDIENTE

O Informativo **LEGISLATIVO EM PAUTA** é uma publicação eletrônica da CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

MESA EXECUTIVA 2018

Ailton Nantes (presidente em exercício), **Filipe Barros** (1º secretário); **Eduardo Tominaga** (2º secretário) e **João Martins** (3º secretário)

Coordenação Ana Paula Rodrigues Pinto MTB 2277PR **Redação** Silvana Leão MTB 2502PR **Fotografia** DP Torrecillas Fotojornalismo **Fones** (43) 3374-1326 e 3374-1327